

EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 218/2022

PREGÃO PRESENCIAL Nº 117/2022

DATA E HORA DE ABERTURA: 21 de Dezembro de 2022 às 09h.

CRENCIAMENTO: de 08h às 09h.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM

LOCAL: Sala de Licitações da Prefeitura Municipal, localizada na Praça Cesário Alvim, 02 - Centro –Santos Dumont MG– CEP: 36.240-000.

A Prefeitura Municipal de Santos Dumont, com endereço na Praça Cesário Alvim, nº 02, Centro, inscrita no CNPJ 17.747.924/0001-59, isenta de inscrição estadual, torna público através da Pregoeira Dalva Gonçalves do Carmo e Equipe de Apoio da Prefeitura Municipal de Santos Dumont-MG, designados pela Portaria nº 01 de 04 de Janeiro de 2022, a abertura do Processo Licitatório nº. 218/2022, na modalidade Pregão Presencial nº. 117/2022, nos termos da Lei 10.520/02, Lei Complementar 123/06, bem como os Decretos Municipais, subsidiariamente a Lei 8.666/93 com suas alterações posteriores e demais legislações correlatas. O tipo de julgamento será o de **Menor Preço POR ITEM**, conforme objeto Descrito no **Termo de Referência - Anexo I** deste Edital.

I – DO OBJETO

1.1 – Constitui objeto da presente licitação, na modalidade Pregão Presencial, **a aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), em atendimento Sec. Mun. de Obras e Serv. Públicos**, de acordo com as especificações técnicas constantes do **ANEXO I – Termo de Referência**, que é parte integrante deste Edital.

II- DO EDITAL

2.2 – Constituem anexos deste instrumento convocatório, dele fazendo parte integrante:

Anexo I - Planilha Orçamentária de Custos e Cronograma Físico Financeiro;

Anexo II- Termo de Referência;

Anexo III- Modelo Proposta de Preço;

Anexo IV - Modelo de Carta de Credenciamento;

Anexo V - Modelo de Declaração de Habilitação e de Inexistência de Fato Impeditivo;

Anexo VI- Modelo de Declaração de que não emprega menores de dezoito anos;

Anexo VII - Minuta do Contrato

II – ÓRGÃO REQUISITANTE

Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos e demais Secretarias.

IV – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 - As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta dos recursos orçamentários referentes as seguintes dotações orçamentárias:

02.25.01.04.122.0025.2035 Manutenção da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos

3.3.90.30.00 Material de Consumo

Fonte 100

V-CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

5.1- Esta licitação destina-se exclusivamente à participação de Micro Empresas

5.1.1- Nos termos dos artigos 42 e 43 da Lei Complementar nº123, de 14/12/2006, as microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição;

5.2-Não poderão participar da presente licitação Empresas ou pessoas físicas onde couber:

5.2.1-Suspensa ou impedida de licitar ou contratar com a Administração, ou declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração;

5.2.2-Em consórcio, tendo em vista ser o objeto licitado de baixa complexidade, podendo ser atendido por qualquer empresa do ramo.

5.2.3-Com falência declarada, em liquidação judicial ou extrajudicial;

5.2.4-E que incidir no disposto no art. 9º da Lei Federal nº. 8.666/93.

5.3 - A observância das vedações é de inteira responsabilidade da licitante que, pelo seu descumprimento, se sujeita às penalidades cabíveis.

5.4 - Cópia deste instrumento convocatório estará disponibilizada no site www.santosdumont.mg.gov.br e permanecerá afixada no quadro de avisos localizado no *hall* da Prefeitura, no horário de 12h00min às 18h00min.

5.5 - As Licitantes deverão apresentar, na data e horário previstos no preâmbulo deste edital, 02 (dois) envelopes devidamente fechados, contendo no envelope nº 01, sua Proposta comercial, e no envelope nº 02 a documentação comprobatória da Habilitação, sendo que, ambos deverão conter na parte externa, além da razão social, CNPJ, endereço e telefone, os seguintes dizeres:

Proposta comercial, e no envelope nº 02 a documentação comprobatória da Habilitação, sendo que, ambos deverão conter na parte externa, além da razão social, CNPJ, endereço e telefone, os seguintes dizeres:

À PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTOS DUMONT MG
AT. PREGOEIRA E/OU EQUIPE DE APOIO
ENVELOPE Nº 01 "PROPOSTA DE PREÇOS"
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 218/2022
PREGÃO PRESENCIAL Nº 117/2022

À PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTOS DUMONT MG
AT. PREGOEIRA E/OU EQUIPE DE APOIO
ENVELOPE Nº 02 "DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO"
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 218/2022
PREGÃO PRESENCIAL Nº 117/2022

5.3 - Não será admitida nesta Licitação a participação de empresas:

5.3.1 – Em recuperação judicial ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;

5.3.2 - Que estejam com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública, suspensos ou que por esta tenha sido declarada inidônea;

5.3.3 - Que estejam reunidas em consórcio e seja controlada, coligada ou subsidiária entre si, ou ainda, qualquer que seja a sua forma de constituição. Ressaltando que tendo em vista ser o objeto licitado de baixa complexidade, podendo ser atendido por qualquer empresa do ramo.

5.3.4 - Que estiver incurso nas penalidades previstas no art. 87, incisos III e IV, da Lei nº 8.666/93;

5.3.5 - Estrangeiros que não funcionam no país.

5.3.6- E que incidir no disposto no art. 9º da Lei 8666/99;

5.4 - A observância das vedações do item anterior é de inteira responsabilidade do licitante que, pelo descumprimento, sujeita-se às penalidades cabíveis.

5.5 - Cópia deste instrumento convocatório estará disponibilizada no site www.santosdumont.mg.gov.br, e permanecerá afixada no quadro de avisos localizado no saguão da Prefeitura Municipal de Santos Dumont, no horário de 12h às 18 horas.

VI – DA APRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

6.1 - A empresa licitante poderá se fazer representar nesta licitação e, para tanto, deverá fornecer cópias dos seguintes documentos:

6.1.1 - Estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial; ou, no caso de sociedades civis, o ato constitutivo registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, no qual estejam expressos os poderes do proponente, para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

6.1.2 - Instrumento de procuração pública ou particular ou, ainda, Carta de Credenciamento, **COM FIRMA RECONHECIDA**, do qual constem poderes específicos para negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhado do correspondente documento que comprove os poderes do mandante para a outorga (**ANEXO III**);

6.1.3 - **Documento** oficial de **identificação**, que contenha foto;

6.1.4 - **Declaração** quanto à inexistência de **fato impeditivo à sua habilitação**, conforme modelo constante no Modelo **ANEXO IV** do Edital.

6.2 - A não apresentação ou incorreção dos documentos relacionados no subitem 6.1.2 e 6.1.3 não implicará em inabilitação, mas impedirá o representante de se manifestar e responder pela licitante.

6.2.1 - Se os documentos necessários ao credenciamento estiverem dentro do envelope de habilitação, poderá a Pregoeira, autorizar a retirada dos mesmos pelo próprio representante da empresa, perante os demais licitantes;

6.3. - O licitante que não enviar representante para participar da sessão, deverá apresentar também os documentos descritos nos itens 6.1.1 e 6.1.4. fora dos envelopes de proposta e habilitação, e automaticamente terão seus preços finais registrados de acordo com os apresentados nas Propostas Comerciais, não podendo dar lances ou questionar sobre possíveis recursos administrativos;

6.4 - Não será admitida a participação de um mesmo representante para mais de uma empresa licitante.

6.5 - O representante legal da licitante será o único admitido a intervir nas fases da licitação.

6.6- Enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte através de Certidão que comprove tal condição, emitida pelo órgão competente, com data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias.

6.6.1-Nos termos Do art. 8º da Instrução Normativa 103/07-DNRC, a comprovação da condição de microempresa ou empresa de pequeno porte pelo empresário ou sociedade registrados nas juntas comerciais será efetuada mediante certidão expedida pela Junta Comercial.

6.6.2-O microempreendedor individual poderá apresentar apenas o contrato social;

6.6.3-As empresas optantes pelo simples nacional poderão apresentar o recibo de entrega no simples (último recibo exigível).

6.7- A não apresentação de um dos documentos constantes do item 6.6, não impedirá a empresa de participar do certame, no entanto não permitirá que usufrua dos benefícios da Lei Complementar 123/06.

6.8- Os documentos exigidos neste instrumento convocatório poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, ou por servidor da administração, ou publicação em órgão da imprensa oficial, com exceção dos extraídos pela internet.

6.8.1-Será admitida cópia da cópia autenticada, desde que apresentada a cópia autenticada.

VII – DA PROPOSTA DE PREÇO - ENVELOPE Nº 01

VIII - DA PROPOSTA COMERCIAL

8.1 - A proposta comercial deverá ser redigida em uma via, em papel timbrado da empresa, se houver, com carimbo do CNPJ, endereço, telefone, e-mail, com clareza, sem emendas, acréscimos, rasuras, borrões ou ressalvas, entrelinhas nem condições escritas à margem, rubricada, datada e assinada pelo proponente.

8.2 - A proposta deverá apresentar:

a) **Preço unitário** em numeral, contendo especificações detalhadas do objeto cotado, com todas as características, sua **marca**, valor total da proposta em numeral e por extenso de acordo com o **Anexo III**, do presente edital.

a.1) - Apresentar a proposta em mídia de PENDRIVE contendo a proposta devidamente preenchida no formato do sistema informatizado, cujo arquivo e manual encontram-se disponibilizados junto ao edital no site www.santosdumont.mg.gov.br. Importante ressaltar que: a proposta também deverá ser apresentada em impresso no papel timbrado da empresa. À falta de apresentação da proposta em mídia não implicará na desclassificação do licitante, no entanto poderá extrapolar a previsão de tempo para realização do certame, devendo os licitantes retornarem em dias seguintes.

a.2)- A proposta em mídia, se impressa, substituirá a proposta modelo (ANEXO III), desde que contenha as declarações necessárias constantes do modelo e esteja devidamente assinada, devendo ainda constar que as especificações são as mesmas do Termo de Referência.

a.3)-As declarações referentes ao item anterior poderão ser emitidas em documento a parte, anexo á proposta.

b) Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de apresentação;

c) Declaração que no(s) preço(s) proposto(s) estão incluídos todos os tributos, encargos sociais, frete até o Município de Santos Dumont/MG, e quaisquer outros ônus que por ventura possam recair sobre o fornecimento do objeto da presente licitação;

d) Os preços devem ser expressos em moeda corrente do país com duas 02 casas decimais.

8.3 - Serão desclassificadas as propostas que não se enquadrem nas especificações exigidas, que apresentarem preços excessivos (incompatíveis com os preços de mercado) ou manifestamente inexequíveis (art. 48 da Lei nº. 8.666/93).

8.4 - A proposta deverá seguir o modelo **Anexo III**.

IX - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

9.2 - Regularidade Fiscal e Trabalhista:

9.2.1- CNPJ

9.2.2 - Prova de regularidade para com a Fazenda **Municipal** do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Município;

9.2.3 - Prova de regularidade para com a Fazenda **Estadual** do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado;

9.2.4 - Prova de regularidade para com a Fazenda **Federal**, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional;

9.2.5 - Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - **FGTS**, emitida pela Caixa Econômica Federal (CRF);

9.2.6 – Prova de regularidade relativa à seguridade social - Instituto Nacional de Seguridade Social- **INSS**, emitida pelo órgão competente;

9.2.7 - Certidão Negativa de Débitos **Trabalhistas** emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho;

9.3 - Qualificação Econômico-Financeira e Técnica:

9.3.1-**Certidão** Negativa de **Falência** expedida pelo Distribuidor da Sede da Pessoa Jurídica;

9.3.2 - **Declaração** expressa de que o licitante não emprega trabalhador nas situações previstas no inciso, **XXXIII do art. 7º** da Constituição Federal, assinada pelo representante legal do licitante (Modelo **Anexo IV**).

9.3.3 - A Pregoeira poderá efetuar consulta ao site da Receita Federal na internet para certificação sobre a regularidade da inscrição da Empresa no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica- CNPJ, em observância à Instrução Normativa da SRF nº. 200, de 13/09/2002, confirmando, ainda, a autenticidade dos demais documentos extraídos pela internet, junto aos sites dos órgãos emissores para fins de habilitação, bem como realizar diligências para sanar quaisquer dúvidas.

9.3.4 - Os documentos exigidos neste instrumento convocatório poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia legível, autenticada por cartório competente, com exceção dos extraídos pela internet.

9.3.5-Será admitida cópia da cópia autenticada pelo cartório competente, desde que apresentada a cópia autenticada.

9.3.6 - Os documentos que não possuem prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor, deverão ser datados dos últimos 60 (sessenta) dias até a data de abertura do Pregão, com exceção do CNPJ.

9.3.7 - A ausência de documento ou a apresentação dos documentos de habilitação em desacordo com o previsto neste Título inabilitará o licitante, salvo hipótese do art. 43 da Lei 123/06.

9.3.8 - Uma vez incluído no processo licitatório, nenhum documento será devolvido, salvo se original a ser substituído por cópia reprográfica autenticada.

IX-PROCEDIMENTOS DA SESSÃO DO PREGÃO

9.1 - Após o credenciamento e identificação dos representantes das Empresas licitantes, no horário previsto, será aberta a sessão do pregão, oportunidade em que não mais se aceitará novos proponentes, dando início à abertura dos envelopes contendo a "Proposta Comercial" exclusivamente dos participantes devidamente credenciados ou que não tenham representante na sessão. Para o julgamento das propostas escritas, será considerado o **MENOR PREÇO POR ITEM**.

9.2-Classificação das Propostas Comerciais

9.2.1-Abertos os envelopes de Propostas Comerciais, estas serão analisadas verificando o atendimento a todas as especificações e condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, sendo imediatamente desclassificadas aquelas que estiverem em desacordo;

9.2.2-O autor da oferta de menor valor e das ofertas com preço de até 10% (dez por cento) superiores aquela serão classificados para participarem dos lances verbais;

9.2.3-Se não houver no mínimo 03 (três) propostas comerciais nas condições definidas no subitem anterior, a Pregoeira classificará as melhores propostas subsequentes, até o máximo de 03 (três), para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas apresentadas.

9.3-Lances Verbais:

9.3.1-Aos licitantes classificados, será dada a oportunidade de nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais;

9.3.2-Se duas ou mais propostas, em absoluta igualdade de condições, ficarem empatadas, o desempate ocorrerá através de sorteio, exceto na situação prevista no § 2º do art. 44, da LC 123, de 14 de Dezembro de 2006.

9.3.3-A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pela Pregoeira, implicará na exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, o outro registrado, para efeito de posterior ordenação das propostas;

9.3.4-Havendo apenas uma oferta e desde que atenda a todos os termos do edital e que seu preço seja compatível com os valores praticados no mercado, essa poderá ser aceita.

9.4-Julgamento

9.4.1-Para julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério de **MENOR PREÇO POR ITEM**, os prazos máximos para fornecimento, as especificações técnicas e parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no edital.

9.4.2-Ao declarar encerrada a etapa competitiva e ordenadas às ofertas, a Pregoeira examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito;

9.4.3-Em havendo apenas uma oferta e desde que atenda a todos os termos do edital e que seu preço seja compatível com o valor estimado da contratação, esta poderá ser aceita;

9.4.4-Apurada a melhor proposta que atenda ao Edital, a Pregoeira deverá negociar particularmente com o detentor da mesma para que seja obtido melhor preço;

9.4.5-Sendo aceitável a oferta de **MENOR PREÇO POR ITEM**, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que a tiver formulado, para confirmação das suas condições habilitatórias;

9.4.6-Constatado o atendimento pleno às exigências, será declarado o licitante vencedor.

9.5-Se a proposta não for aceitável, o licitante não atender às exigências habilitatórias, a Pregoeira examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a verificação das condições de habilitação do licitante, na ordem de classificação, e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto deste edital;

9.6-Constatado o atendimento pleno às exigências, será declarado o licitante vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto proposto.

9.7-Os licitantes remanescentes terão seus preços registrados e poderão ser convocados para assinarem o contrato, caso ocorra à desistência do primeiro colocado ou a rescisão do contrato;

9.8- Da reunião lavrar-se-á Ata circunstanciada da sessão, na qual serão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pelo Pregoeira, Equipe de Apoio e pelos licitantes presentes;

9.9- Decididos os recursos ou transcorrido "in albis" o prazo para sua interposição e após assinatura do contrato pelo licitante vencedor, o Pregoeira deixará à disposição dos licitantes julgados desclassificados os envelopes "**DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**", para retirá-los até o prazo de 30 (trinta) dias.

X – DA PARTICIPAÇÃO DA MICRO E PEQUENA EMPRESA

10.1-Da Participação de Micro Empresa e Empresa de Pequeno Porte.

Esta licitação destina-se exclusivamente à participação de Micro Empresas

10.1.1-Nos termos dos artigos 42 e 43 da Lei Complementar nº123, de 14/12/2006, as microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição;

10.1.2-Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá à data da abertura da sessão, prorrogáveis por igual período a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

10.1.3-A não regularização da documentação no prazo previsto implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para contratação, ou revogar a licitação.

10.1.4-Será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, entendendo-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada e desde que a melhor oferta inicial não seja de uma microempresa ou de pequeno porte.

10.1.5-Ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

10.1.6-A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela declarada classificada em primeiro lugar, situação em que sua proposta será classificada em primeiro lugar.

10.1.7-Não ocorrendo à contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito, no mesmo prazo estabelecido.

10.1.8-No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontre no intervalo estabelecido, será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

XI-IMPUGNAÇÕES E RECURSOS

11.1-Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para o recebimento dos envelopes, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do pregão;

11.2-A apresentação de impugnação contra o edital será processada e julgada na forma e nos prazos previstos em lei, devendo ser entregue diretamente a Pregoeira;

11.3-Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame;

11.4-Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, cuja síntese será lavrada em ata, sendo concedido o prazo de 03 (três) dias, para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contra razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos, na sala de Licitação;

11.4.1- As razões e contra-razões do recurso poderão ser enviadas através de e-mail, para o endereço licitacao@santosdumont.mg.gov.br.

11.5-O licitante poderá também apresentar as razões do recurso no ato do Pregão, as quais serão reduzidas a termo na respectiva ata, ficando todos os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra razões no prazo de 03 (três) dias, contados da lavratura da Ata, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

11.6-A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso.

11.7-Os recursos deverão ser decididos no prazo legal.

11.8-O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.9-O resultado do recurso será divulgado mediante afixação no quadro de avisos deste órgão e comunicado a todos os licitantes via fac-símile ou correio eletrônico (e-mail).

XII - ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1 - A adjudicação do objeto licitado será feita pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**.

12.2 - Decididos os recursos porventura interpostos, e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade Competente adjudicará o objeto ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

12.3 - Inexistindo manifestação recursal, a Pregoeira adjudicará o objeto ao licitante vencedor, competindo à autoridade superior homologar o procedimento licitatório.

XIII - DAS CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO E DA RESCISÃO

13.1 - Homologado o procedimento licitatório, o representante legal da adjudicatária será convocado para firmar o contrato conforme minuta constante do **Anexo VI**.

13.2 - Se o licitante vencedor, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, deixar de assinar o contrato ou o termo equivalente, não tendo solicitado prorrogação de prazo com justificativa aceita pela Pregoeira, esta examinará as propostas subsequentes e habilitação dos licitantes, segundo a ordem de classificação, podendo ainda, negociar o desconto nos preços registrados.

13.3 - O contrato a ser firmado entre a Prefeitura e a adjudicatária incluirá as condições estabelecidas neste Edital, seus anexos e legislação pertinente para a fiel execução do objeto licitado.

13.4- O contrato, bem como os direitos e obrigações dele decorrentes, não poderá ser subcontratado, cedido ou transferido, total ou parcialmente, nem ser executado em associação da contratada com terceiros, sem autorização prévia da Prefeitura, por escrito, sob pena de aplicação de sanção, inclusive rescisão contratual.

13.5- Operações de reorganização empresarial, tais como fusão, cisão e incorporação, ocorridas durante a vigência do contrato, deverão ser comunicadas à Prefeitura e, na hipótese de restar caracterizada a frustração das regras e princípios disciplinadores das licitações e contratos administrativos, ensejará a rescisão contratual.

13.6- A inexecução total ou parcial na entrega do objeto licitado ensejará a rescisão contratual, bem como nos casos previstos no art. 78 e 79 da Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores, sem que desse fato decorra multa para a Administração.

13.8- O contrato a ser firmado em decorrência desta licitação poderá ser resolvido a qualquer tempo independente de notificações ou interpelações judiciais ou extrajudiciais, com base nos motivos previstos nos arts. 77 e 78, na forma do art. 79 da Lei Federal n°. 8666/93 e suas alterações.

13.9 - O contrato poderá ser alterado nos termos do art. 65 da Lei 8666/93.

XIV - DA FISCALIZAÇÃO

14.1 - O Município de Santos Dumont /MG através do respectivo Órgão requisitante exercerá a fiscalização da aquisição e registrará todas as ocorrências e as deficiências verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada à licitante vencedora, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas.

14.2 - As exigências e a atuação da fiscalização pela Prefeitura em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da licitante vencedora, no que concerne ao fornecimento.

XV - ENTREGA, PRAZOS E PAGAMENTO

10.1-A compra será realizada e um único pedido.

10.2-O pagamento será 30 (trinta) dias após emissão da nota fiscal entregue na Secretaria de Obras e Serviços Públicos e após entrega da mercadoria em questão aos Técnicos de Segurança do Trabalho para conferência.

10.3 - Os produtos serão conferidos no ato da entrega, e qualquer irregularidade constatada implicará em:

a) Se disser respeito à especificação, a Contratante poderá rejeitá-lo, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

b) Se disser respeito à diferença de quantidade, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

Parágrafo único- Em ambos os casos citados acima, a substituição será imediata.

10.4-A responsabilidade pelo recebimento e consequente aceitação dos equipamentos, será executada por Servidor designado pela Secretária de Obras e Serviços Públicos.

10.5 - Eventuais atrasos na entrega os produtos deverão ser justificados pela empresa adjudicatária, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste instrumento.

10.6-É vedado qualquer reajustamento de preços durante o prazo de validade do Contrato de Prestação de Serviços.

10.7 - A **contratada** deverá apresentar, junto à fatura ou nota fiscal **a qual deverá ser eletrônica**, os documentos fiscais atualizados.

10.8 - Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

10.9 - Nenhum pagamento será efetuado à detentora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira decorrente de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

10.10 - Deverão estar incluídas no preço, todas as despesas necessárias à entrega do objeto desta licitação, sem quaisquer ônus para Administração, tais como frete, tributos etc.

10.11 - Da nota fiscal deverá constar o número da conta-corrente do licitante, nome do banco, e nº da agência para fins de pagamento.

XVI - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1 - O licitante que apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do objeto do certame, não mantiver a proposta, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Municipal pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das demais cominações legais.

16.2 - A recusa do adjudicatário em assinar do contrato quando regularmente convocado, acarretará em multa de 5% (cinco por cento) do valor total.

16.3 - Em qualquer hipótese e aplicação de sanções será assegurado à licitante vencedora o contraditório e a ampla defesa.

16.4- As demais sanções administrativas referentes à execução são as previstas na Minuta contratual, parte integrante deste edital.

XVII - DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1 - O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase desta licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação ou

inabilitação do licitante, ou a rescisão contratual, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

17.2 - A apresentação da Proposta Comercial pressupõe pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital. O licitante, ainda, será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Pregão Presencial, assumindo como firme e verdadeira sua proposta e lances.

17.2.1- Na assinatura do contrato, o licitante vencedor, deverá apresentar nova Planilha, com os valores atualizados, conforme lance ofertado.

17.3 - Uma vez incluído no processo licitatório, nenhum documento será devolvido, salvo se original a ser substituído por cópia reprográfica autenticada.

17.4 - Na análise da documentação e no julgamento das propostas de preço, a Pregoeira poderá, a seu critério, solicitar o assessoramento técnico de órgãos ou de profissionais especializados.

17.5 - Toda a documentação apresentada neste ato convocatório e seus anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro será considerado especificado e válido.

17.6 - A Pregoeira, no interesse da Administração, poderá relevar omissões puramente formais observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação, sendo possível a promoção de diligências junto aos licitantes, destinadas a esclarecer a instrução do processo, conforme disposto no § 3º do art. 43 da Lei Federal 8.666/93.

17.6.1 - Se houver solicitação de documentos, estes poderão ser enviados, no momento da sessão, via fac-símile, e, posteriormente, deverão ser enviados a Pregoeira em até 48(quarenta e oito) horas, em original ou em cópia autenticada por cartório, sendo possível, ainda, a autenticação dos mesmos pela Pregoeira ou Equipe de Apoio;

17.6.2 - O não cumprimento da diligência poderá ensejar a inabilitação do licitante ou a desclassificação da proposta.

17.7 - A participação do licitante nesta licitação implica no conhecimento integral dos termos e condições inseridos neste instrumento convocatório, bem como das demais normas legais que disciplinam a matéria.

17.8 - A presente licitação não importa, necessariamente, em contratação, podendo a Prefeitura revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivada de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação, mediante ato escrito e fundamentado, disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação, sem que isso acarrete multa para administração.

17.9 - A Prefeitura poderá prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.

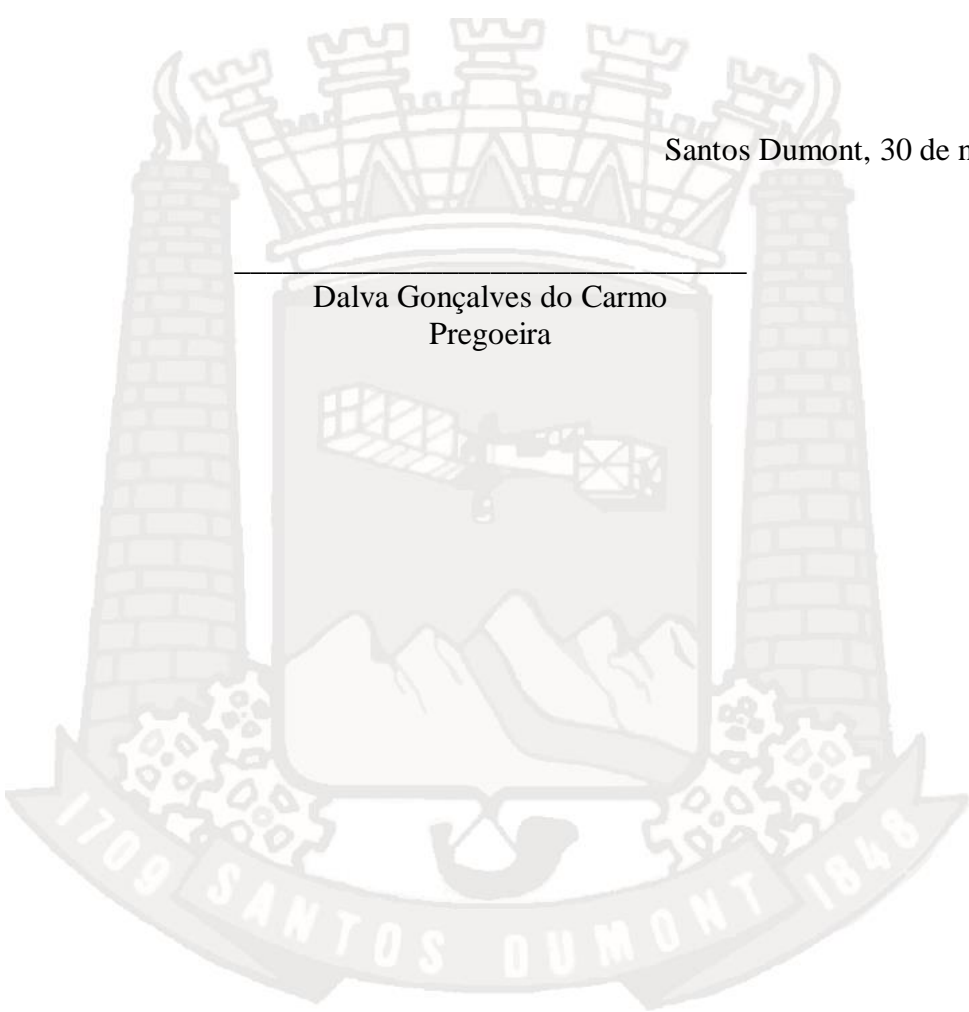
17.10 - Cópia deste instrumento convocatório estará disponível na internet, no site www.santosdumont.mg.gov.br e também poderá ser obtida junto à Comissão Permanente de Licitação, no endereço especificado no caput deste edital.

17.11 - As Empresas e/ou representantes que adquirirem o instrumento convocatório via internet se obrigam a acompanhar as publicações referentes ao processo no site www.santosdumont.mg.gov.br ou na Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, com vista a possíveis alterações e avisos.

17.12 - Os pedidos de esclarecimentos sobre o edital poderão ser feitos através do telefone (32)3251-7400.

17.13 - Fica eleito o foro da Comarca de Santos Dumont, Estado de Minas Gerais, para solucionar quaisquer questões oriundas desta licitação.

Santos Dumont, 30 de novembro de 2022.



Dalva Gonçalves do Carmo
Pregoeira

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

INTRODUÇÃO

Em cumprimento a Lei 8.666/93 e suas alterações, elaboram o presente para aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), em atendimento a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

OBJETO

Aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), em atendimento a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

CARACTERIZAÇÃO E DEFINIÇÃO DO OBJETO

ITEM	QTDE.	UNIDADE DE AQUISIÇÃO	DISCRIMINAÇÃO DO SERVIÇO
01	80	Par	Calçado ocupacional, tipo bota (BOTA DE CANO LONGO), classificação II, impermeável, confeccionado em PVC (policloreto de polivinila), nas cores branca e preta (com solado amarelo), para usos diversos. Tamanhos variados de acordo com a necessidade. ***Com certificado de aprovação atualizado (C.A.)
02	100	Par	Luva de vaqueta de couro com cano longo, nos tamanhos G e GG *** Com certificado de aprovação atualizado (C.A.)
03	300	Unid	Óculos de segurança, em policarbonato óptico, com armação de nylon, hastes reguláveis. ***C.A. atualizado.
04	200	Par	Luva de vaqueta tipo pretoleira, palma e dorso em vaqueta, com reforço interno na palma. A Luva de Vaqueta, também conhecida como Luva de Vaqueta Tipo Pretoleira, é marcada no dorso, de forma indelével, onde constam o nome e o número do Certificado de Aprovação (CA) válido. ***Com certificado de aprovação atualizado (C.A.)
05	100	Par	Calçado ocupacional, tipo bota (BOTA DE CANO CURTO), classificação II, impermeável, confeccionado em PVC (policloreto de polivinila), nas cores branca e preta (com solado amarelo), para uso electricista em pequenos reparos e baixas voltagens e uso diverso. ***Com certificado de aprovação atualizado (C.A.)
06	250	Unid	Capa de chuva de PVC impermeável amarela com forro, indicada para uso em postos de lavagens, construção civil, limpeza urbana, coleta de lixo, motociclistas, frigoríficos e demais locais úmidos ou sujeitos à chuva.

			***Tamanho GG e com C.A.
07	120	Par	Perneira de Segurança confeccionada em duas camadas de material sintético, sem furos, três talas em polietileno na parte frontal, fixadas por solda eletrônica, fechamento em velcro para ajuste, acabamento em costuras nas bordas em viés.
08	50	Unid	Protetor auditivo: tipo concha (circum-auricular), constituído por 2 conchas em plástico, revestidas com almofadas de espumas em suas laterais (que entram em contato com a cabeça do usuário) e no interior das conchas. Sua haste é constituída em plástico, que serve para manter as conchas firmemente seladas contra a região das orelhas do usuário. Este protetor é isento de partes metálicas. ***Com certificado de aprovação atualizado (C.A.)
09	50	Unid	Protetor Facial constituído de coroa e carneira de plástico, com regulagem de tamanho através de catraca ou ajuste simples e visor de policarbonato incolor, com o visor é preso à coroa através de um pino central e dois parafusos plásticos com porca tipo borboleta de plástico. ***Com certificado de aprovação atualizado (C.A.)
10	40	Unid	Suporte facial com catraca constituído de coroa e carneira de material plástico com regulagem de tamanho através de catraca malha de aço 8" x 12"
11	250	Par	Luva de segurança confeccionada em borracha natural, revestimento interno em algodão flocado, antiderrapante na palma e face palmar dos dedos e punho com virola, nos tamanhos G e XG. ***Com certificado de aprovação atualizado (C.A.)
12	150	Par	Luva de segurança em PVC Forrada Cano Longo e Palma Áspera 70 cm, nos tamanhos G e XG. ***Com certificado de aprovação atualizado (C.A.)
13	100	Par	Luva de vaqueta de couro com cano longo, nos tamanhos G e GG *** Com certificado de aprovação atualizado (C.A.)
14	50	Unid	Máscara de segurança para soldador
15	100	Par	Luva de proteção, Luva de algodão canelado com aramida, revestimento nitrílico verde na palma e no dorso, punho de algodão com elastano. Atividades onde existe risco moderado de corte e contato com óleos, solventes ou outros contaminantes. Corte Petroquímicas Metal-Mecânica Coleta de Lixo Montadoras e Auto-Peças
16	80	Par	Luva de segurança confeccionada em PVC, forrada com tecido 100% algodão antialérgico e palma áspera com propriedades antiderrapantes e alta resistência à abrasão. Possui formato anatômico e sua espessura confere um alto nível de sensibilidade o que proporciona processos mais seguros e ágeis

17	5	Par	As luvas isolantes de borracha LightBury são fabricadas de acordo com as normas NBR10622/NBR16295/ASTM D120 e oferecem proteção contra choques elétricos, lesões sérias ou até fatais. Produzidas com composto de baixa propagação de chamas. A Classe 2 indica que a luva suporta uma tensão de teste de 20.000 volts e deve ser utilizada para tensão máxima para uso de 17000 volts, conforme especificação e limitação do fabricante.
18	50	Unid	Filtro de proteção respiratória classe 1, vapores orgânicos, poeira, névoas e fumos metálicos – P2S, pesticida com C.A. ***Com certificado de aprovação atualizado (C.A.)
19	200	Par	Calçado de segurança tipo botina, fechamento em elástico nas laterais, confeccionado em couro na cor preta curtido ao cromo, forrado em não tecido na cor cinza, palmilha de montagem em fibras não metálicas resistentes à perfuração na cor branca costurada pelo sistema strobel, biqueira de composite, solado de poliuretano bidensidade na cor preta injetado diretamente no cabedal, resistente ao óleo combustível, à passagem de corrente elétrica e à absorção de energia no calcanhar. ***Com certificado de aprovação atualizado (C.A.)
20	30	Unid	Respirador semifacial, dotado de 03 (três) aberturas: Duas laterais, sendo uma em cada lado, dotadas de válvulas de exalação; a outra, em sua parte centro-inferior dotada de 01 (uma) válvula de inalação e encaixe do tipo rosca para colocação de filtro. A máscara facial deve vir acompanhada de 01 (um) filtro combinado químico/ mecânico para vapores orgânicos/ gases ácidos + filtro P2 (poeira, névoas e fumos metálicos – P2S pesticida) ***Com certificado de aprovação atualizado (C.A.)
21	100	Unid	Filtro para partículas classe P2 (S) RC1
22	100	Unid	Avental de Raspa de Couro, nos tamanhos G e GG ***Com certificado de aprovação atualizado (C.A.)
23	200	Unid	Máscara Hospitalar N95 PFF2 ***Com certificado de aprovação atualizado (C.A.)
24	100	Unid	Colete Refletivo Policap Tipo X Laranja, nos tamanhos G e GG *** Com certificado de aprovação atualizado (C.A.)
25	250	Unid	Calça em tecido brim pesado, cor a ser definida pela administração, composição 100% algodão, 2 bolsos na frente e 2atrás, cintura provida de elástico e cordão compatível com as numerações: 36,38,40,42,44,46,48,50,52. Com bordado no bolso traseiro.
26	250	Unid	CAMISA MANGA CURTA: Confeccionada em malha PV (65% poliéster, 35% viscose), gola "V", com mangas, cores a serem definidas pela administração. Tamanhos P, M, G, GG, EG.

JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

Esta compra se justifica, uma vez que é necessária a aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), equipamento de uso obrigatório para funcionários, em atendimento a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

O uso do Equipamento de Proteção Individual (EPI) é fundamental para garantir a saúde e a proteção do trabalhador, evitando consequências negativas em casos de acidentes de trabalho. Além disso, o EPI também é usado para garantir que o profissional não será exposto a doenças ocupacionais, que podem comprometer a capacidade de trabalho e de vida dos profissionais durante e depois da fase ativa de trabalho.

Segundo a Norma Regulamentadora nº06 do Ministério do Trabalho (NR 6), que regulamenta o uso de Equipamento de Proteção Individual, a empresa é obrigada a fornecer aos empregados, gratuitamente o EPI adequado ao risco, em perfeito estado de conservação e funcionamento, devendo vir acompanhados do Certificado de Aprovação – CA, expedido pelo órgão competente em matéria de segurança e saúde no trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego, no ato da entrega. A mesma norma regulamentadora ainda afirma que o empregador deve fornecer EPI adequados às peculiaridades de cada atividade profissional.

Neste sentido, a Norma Regulamentadora nº 09 do Ministério do Trabalho (NR 9) trata de programa de prevenção de riscos ambientais. A referida norma estabelece que o empregador ou instituição deve adotar a utilização de EPI sempre que as medidas de proteção coletiva forem insuficientes ou em casos em que estas ainda estejam em processo de planejamento e estudos. A norma ainda prevê que os EPI devem ser utilizados em caráter complementar, no intuito de fortalecer a segurança do trabalhador.

Destaca-se que é obrigação da empresa garantir que os profissionais façam o uso adequado dos equipamentos de proteção individual. Além disso, ressalta-se que o Ministério do Trabalho fiscaliza o fornecimento e a utilização do EPI e, caso não esteja de acordo com a legislação, a empresa poderá sofrer punições.

Certificados:

Como os EPIs existem para proteger a saúde do trabalhador, devem ser testados e aprovados pela autoridade competente para comprovar sua eficácia. O Ministério do Trabalho atesta a qualidade de um EPI por meio da emissão obrigatória do "Certificado de Aprovação" (C.A.). Outro certificado emitido pelo Ministério do Trabalho visando cadastrar os fabricantes de EPIs é o "Certificado de Registro de Fabricante" (C.R.F.). O Ministério do Trabalho permite a importação de EPIs de outros países que são comercializados no Brasil, por meio do Certificado de Registro de Importação (C.R.I.). Toda empresa deve cobrar esses certificados como forma de garantia da qualidade do EPI adquirido e da seriedade do fabricante.

AVALIAÇÃO DE CUSTO

O quantitativo previsto foi levantado de acordo com as necessidades do Município.

Conforme exigência legal, foi realizado Orçamento Prévio junto as empresas do ramo pertinente, apurando-se o Valor de Referência Médio Total de R\$ 157.757,88 (Cento e cinquenta e sete mil seiscentos e cinquenta e sete reais e oitenta e oito centavos), conforme documentos e orçamentos anexo.

METODOLOGIA

Para a aquisição deste objeto está sendo empregada a modalidade de licitação denominada PREGÃO PRESENCIAL, a qual observará os preceitos de direito público e, em especial as disposições da Lei Federal nº. 10.520 de 17 de julho de 2002, e, subsidiariamente, da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1.993 e suas alterações, Lei Complementar nº. 123 / 2006 e outras normas aplicáveis à espécie. O critério de aceitação das propostas será no tipo MENOR PREÇO POR ITEM, levando-se em consideração as especificações do objeto.

DA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA

Após a celebração do contrato, não será levada em conta reclamação ou solicitação de alteração dos preços constantes da proposta da CONTRATADA.

As normas de segurança constantes destas especificações não desobrigam o CONTRATADO do cumprimento de outras disposições legais, federais, estaduais e municipais pertinentes, sendo de sua inteira responsabilidade os processos, ações ou reclamações movidas por pessoas físicas ou jurídicas, em decorrência de negligência nas precauções exigidas no trabalho.

OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Cabe ao CONTRATANTE:

- a) Observar e fazer cumprir fielmente o que estabelece o Termo de Referência, o Edital e seus ANEXOS.
- b) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos;
- c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.
- d) Comunicar à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do Contrato.
- e) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA por meio de um fiscal.
- f) Colocar à disposição da CONTRATADA os elementos e informações necessárias à consecução do objeto contrato.
- g) Atestar a entrega dos materiais, receber e promover o pagamento das faturas correspondentes, quando apresentadas na forma estabelecida neste Contrato.
- h) Aplicar à CONTRATADA as penalidades contratuais e regulamentares cabíveis, garantidos o contraditório e a ampla defesa.
- i) Efetuar o pagamento devido pela execução dos serviços, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do contrato;
- j) Comunicar oficialmente ao CONTRATADO quaisquer falhas verificadas no cumprimento do contrato;

OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

Cabe ao CONTRATADO o cumprimento das seguintes obrigações:

- a) Atender prontamente a quaisquer exigências da CONTRATANTE, inerentes ao objeto da licitação.
- b) Comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 03 (três) dias que antecede a data de entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
- c) Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que se está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência e seus anexos.

- d) Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do objeto.
- e) Responsabilizar-se direta e exclusivamente pela execução do objeto deste Termo de Referência e, conseqüentemente, responder, civil e criminalmente por todos os danos e prejuízos que, na execução dele, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para a Contratante ou para terceiros.
- f) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação.
- g) Deverá apresentar a Nota Fiscal e/ou fatura correspondente apenas ao material efetivamente entregue, conforme previsto no histórico da Nota de Empenho.

DA ENTREGA E DO PAGAMENTO

A compra será realizada em um único pedido e o pagamento será 30 (trinta) dias após emissão da nota fiscal e entregue na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos e após entrega da mercadoria em questão aos Técnicos de Segurança do Trabalho para conferência.

O pagamento será efetuado em até trinta (30) dias após o pedido, desde que o material tenha sido entregue.

A contratada deverá apresentar junto à Nota Fiscal, além dos documentos fiscais ou tributários devidos nos termos da Legislação pertinente em vigor.

Somente após o cumprimento de todas as exigências acima e aprovação da Prefeitura Municipal, será efetuado o pagamento.

Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira decorrente de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

Deverão estar incluídas no preço, todas as despesas necessárias à entrega do objeto desta licitação, sem quaisquer ônus para Administração, tais como alimentação, hospedagem e transporte, etc.

É vedado qualquer reajustamento de preços durante o prazo de validade do Contrato de Prestação de Serviços.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA OU RECURSOS FINANCEIROS

As despesas com a contratação do objeto ora licitado correrão à conta das Dotações Orçamentárias abaixo discriminadas:

02.25.01.04.122.0025.2035 Manutenção da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos

3.3.90.30.00 Material de Consumo

Ficha 157

Fonte 100

O empenho de dotações orçamentárias suplementares, ou dotações referentes ao próximo exercício, não caracteriza sua alteração contratual, podendo ser registrado por simples apostila dispensando a celebração do aditamento consoante faculdade incerta no art. 65 parágrafo § 8º da Lei 8666/93.

DAS PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial das condições estabelecidas neste ato convocatório, a Administração Municipal, poderá, sem prejuízo da rescisão contratual e das responsabilidades penal e civil aplicar o disposto no art. 7º da Lei 10.520/02, além das demais cominações legais cabíveis.

CONSIDERAÇÕES GERAIS

No valor global da proposta apresentada deverão estar incluídos impostos, fretes, encargos sociais e demais despesas, pertinentes à entrega do objeto.

Este Termo de Referência deverá integrar o edital como um de seus anexos.



Oscar Homem Toledo Júnior
Secretario Municipal de Obras e Serviços Públicos

ANEXO III

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 218/2022
PREGÃO PRESENCIAL Nº 117/2022

À

Prefeitura Municipal de Santos Dumont MG

Att. Pregoeira e/ou Equipe de Apoio

Proponente: _____

CNPJ nº : _____

Inscrição Municipal nº _____ Inscrição Estadual nº _____

Endereço: _____

Tel: _____ e-mail: _____

Conta corrente: _____ Banco: _____ Ag.: _____

ITEM	QTDE.	UNIDADE DE AQUISIÇÃO	DISCRIMINAÇÃO DO SERVIÇO
01	80	Par	Calçado ocupacional, tipo bota (BOTA DE CANO LONGO), classificação II, impermeável, confeccionado em PVC (policloreto de polivinila), nas cores branca e preta (com solado amarelo), para usos diversos. Tamanhos variados de acordo com a necessidade. ***Com certificado de aprovação atualizado (C.A.)
02	100	Par	Luva de vaqueta de couro com cano longo, nos tamanhos G e GG *** Com certificado de aprovação atualizado (C.A.)
03	300	Unid	Óculos de segurança, em policarbonato óptico, com armação de nylon, hastes reguláveis. ***C.A. atualizado.
04	200	Par	Luva de vaqueta tipo pretoleira, palma e dorso em vaqueta, com reforço interno na palma. A Luva de Vaqueta, também conhecida como Luva de Vaqueta Tipo Pretoleira, é marcada no dorso, de forma indelével, onde constam o nome e o número do Certificado de Aprovação (CA) válido. ***Com certificado de aprovação atualizado (C.A.)
05	100	Par	Calçado ocupacional, tipo bota (BOTA DE CANO CURTO), classificação II, impermeável, confeccionado em PVC (policloreto de polivinila), nas cores branca e preta (com solado amarelo), para uso electricista em pequenos reparos e baixas voltagens e uso diverso. ***Com certificado de aprovação atualizado (C.A.)
06	250	Unid	Capa de chuva de PVC impermeável amarela com forro, indicada para uso em postos de lavagens, construção civil, limpeza urbana, coleta de lixo, motociclistas, frigoríficos e demais locais úmidos ou sujeitos à chuva. ***Tamanho GG e com C.A.
07	120	Par	Perneira de Segurança confeccionada em duas camadas de material sintético, sem furos, três talas em polietileno na parte frontal, fixadas por solda eletrônica, fechamento em velcro para ajuste, acabamento em costuras nas bordas em viés.
08	50	Unid	Protetor auditivo: tipo concha (circum-auricular), constituído por 2 conchas em plástico, revestidas com almofadas de espumas em suas laterais (que entram em contato com a cabeça do usuário) e no interior das conchas. Sua haste é constituída em plástico, que serve para manter as conchas firmemente seladas contra a região das orelhas do usuário. Este protetor é isento de partes metálicas. ***Com certificado de aprovação atualizado (C.A.)

09	50	Unid	Protetor Facial constituído de coroa e carneira de plástico, com regulagem de tamanho através de catraca ou ajuste simples e visor de policarbonato incolor, com o visor é preso à coroa através de um pino central e dois parafusos plásticos com porca tipo borboleta de plástico. ***Com certificado de aprovação atualizado (C.A.)
10	40	Unid	Suporte facial com catraca constituído de coroa e carneira de material plástico com regulagem de tamanho através de catraca malha de aço 8" x 12"
11	250	Par	Luva de segurança confeccionada em borracha natural, revestimento interno em algodão flocado, antiderrapante na palma e face palmar dos dedos e punho com virola, nos tamanhos G e XG. ***Com certificado de aprovação atualizado (C.A.)
12	150	Par	Luva de segurança em PVC Forrada Cano Longo e Palma Áspera 70 cm, nos tamanhos G e XG. ***Com certificado de aprovação atualizado (C.A.)
13	100	Par	Luva de vaqueta de couro com cano longo, nos tamanhos G e GG *** Com certificado de aprovação atualizado (C.A.)
14	50	Unid	Máscara de segurança para soldador
15	100	Par	Luva de proteção, Luva de algodão canelado com aramida, revestimento nitrílico verde na palma e no dorso, punho de algodão com elastano. Atividades onde existe risco moderado de corte e contato com óleos, solventes ou outros contaminantes. Corte Petroquímicas Metal-Mecânica Coleta de Lixo Montadoras e Auto-Peças
16	80	Par	Luva de segurança confeccionada em PVC, forrada com tecido 100% algodão antialérgico e palma áspera com propriedades antiderrapantes e alta resistência à abrasão. Possui formato anatômico e sua espessura confere um alto nível de sensibilidade o que proporciona processos mais seguros e ágeis
17	5	Par	As luvas isolantes de borracha LightBury são fabricadas de acordo com as normas NBR10622/NBR16295/ASTM D120 e oferecem proteção contra choques elétricos, lesões sérias ou até fatais. Produzidas com composto de baixa propagação de chamas. A Classe 2 indica que a luva suporta uma tensão de teste de 20.000 volts e deve ser utilizada para tensão máxima para uso de 17000 volts, conforme especificação e limitação do fabricante.
18	50	Unid	Filtro de proteção respiratória classe 1, vapores orgânicos, poeira, névoas e fumos metálicos – P2S, pesticida com C.A. ***Com certificado de aprovação atualizado (C.A.)
19	200	Par	Calçado de segurança tipo botina, fechamento em elástico nas laterais, confeccionado em couro na cor preta curtido ao cromo, forrado em não tecido na cor cinza, palmilha de montagem em fibras não metálicas resistentes à perfuração na cor branca costurada pelo sistema strobrel, biqueira de composite, solado de poliuretano bidensidade na cor preta injetado diretamente no cabedal, resistente ao óleo combustível, à passagem de corrente elétrica e à absorção de energia no calcanhar. ***Com certificado de aprovação atualizado (C.A.)
20	30	Unid	Respirador semifacial, dotado de 03 (três) aberturas: Duas laterais, sendo uma em cada lado, dotadas de válvulas de exalação; a outra, em sua parte centro-inferior dotada de 01 (uma) válvula de inalação e encaixe do tipo rosca para colocação de filtro. A máscara facial deve vir acompanhada de 01 (um) filtro combinado químico/ mecânico para vapores orgânicos/ gases ácidos + filtro P2 (poeira, névoas e fumos metálicos – P2S pesticida) ***Com certificado de aprovação atualizado (C.A.)
21	100	Unid	Filtro para partículas classe P2 (S) RC1
22	100	Unid	Avental de Raspa de Couro, nos tamanhos G e GG ***Com certificado de aprovação atualizado (C.A.)
23	200	Unid	Máscara Hospitalar N95 PFF2 ***Com certificado de aprovação atualizado (C.A.)
24	100	Unid	Colete Refletivo Policap Tipo X Laranja, nos tamanhos G e GG *** Com certificado de aprovação atualizado (C.A.)

25	250	Unid	Calça em tecido brim pesado, cor a ser definida pela administração, composição 100% algodão, 2 bolsos na frente e 2 atrás, cintura provida de elástico e cordão compatível com as numerações: 36,38,40,42,44,46,48,50,52. Com bordado no bolso traseiro.
26	250	Unid	CAMISA MANGA CURTA: Confeccionada em malha PV (65% poliéster, 35% viscose), gola "V", com mangas, cores a serem definidas pela administração. Tamanhos P, M, G, GG, EG.

Valor Total da proposta: R\$ _____ ()

Apresentar a proposta em mídia de **PENDRIVE** contendo a proposta devidamente preenchida no formato do sistema informatizado, cujo arquivo e manual encontram-se disponibilizados junto ao edital no site www.santosdumont.mg.gov.br. Importante ressaltar que: a proposta também deverá ser apresentada em impresso no papel timbrado da empresa. À falta de apresentação da proposta em mídia não implicará na desclassificação do licitante, no entanto poderá extrapolar a previsão de tempo para realização do certame, devendo os licitantes retornarem em dias seguintes.

A proposta em mídia, se impressa, substituirá a proposta modelo (ANEXO III), desde que contenha as declarações necessárias constantes do modelo e esteja devidamente assinada, devendo ainda constar que as especificações são as mesmas do Termo de Referência.

As declarações referentes ao item anterior poderão ser emitidas em documento a parte, anexo á proposta.

Declaro que no(s) preço(s) proposto(s) estão incluídos todos os tributos, encargos sociais, frete até o Município de Santos Dumont/MG, e quaisquer outros ônus que por ventura possam recair sobre o fornecimento do objeto da presente licitação.

As declarações referentes ao item anterior poderão ser emitidas em documento a parte, anexo á proposta
_____, ____ de _____ de 2022

Nome e Ass. Do Representante Legal
Carimbo da empresa

ANEXO IV

MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 218/2022
PREGÃO PRESENCIAL Nº 117/2022

À

Pregoeira e/ou Equipe de Apoio

Prefeitura Municipal de SANTOS DUMONT MG

PROCURAÇÃO

A empresa _____ (nome da proponente) _____, CNPJ nº _____, com sede na Rua _____, nº _____, Bairro _____, cidade _____, neste ato representado pelo(s) (sócios ou diretores com qualificação completa-nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço), nomeia e constitui seu(a) Procurador(a) o(a) Senhor(a) (nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço), a quem confere amplos e gerais poderes para, junto ao Município de Santos Dumont MG, praticar os atos necessários com vistas à participação do outorgante na licitação, modalidade Pregão Presencial, usando dos recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhes, ainda, poderes especiais para desistir de recursos, apresentarem lances verbais, negociar preços e demais condições, confessar, transigir, desistir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, podendo ainda, substabelecer esta em outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso.

_____, ____ de _____ de 2022

Nome e Ass. do Representante Legal.

APRESENTAR DOCUMENTO COM FIRMA RECONHECIDA

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO E DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 218/2022
PREGÃO PRESENCIAL Nº 117/2022

"DECLARAÇÃO"

A Empresa _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, com sede na Rua _____, na cidade de _____, neste ato representado _____ (nome do representante/sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem DECLARAR, para fins de participação no Pregão Presencial em pauta, sob as penas da Lei, que INEXISTE QUALQUER FATO IMPEDITIVO para sua participação no Pregão Presencial acima citado, estando apta e HABILITADA a realizar contratação com o Poder Público de qualquer esfera e se compromete a comunicar ocorrência de fatos supervenientes.

_____, de _____ de 2022.

Nome e assinatura do Representante Legal
carimbo

ANEXO VI

DECLARAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 218/2022
PREGÃO PRESENCIAL Nº 117/2022

Declaração de Atendimento ao Art. 27, V da Lei nº 8.666/93 e alterações.

A empresa..., inscrita no CNPJ nº..., por intermédio de seu representante legal o (a) r(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº ..., e do CPF nº....., DECLARA, para fins do disposto no inc. V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, regulamentada pelo Decreto nº 4.358, de 05/09/2002, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

() Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).

_____, de _____ de 2022.

Nome e Ass. do representante legal.

ANEXO VII

MINUTA DO CONTRATO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 218/2022

PREGÃO PRESENCIAL Nº 117/2022

CONTRATO Nº /2022, CELEBRADO ENTRE O
MUNICÍPIO DE SANTOS DUMONT E A
EMPRESA _____

O Município de Santos Dumont, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 17747924/0001-59, com sede na Praça Cesário Alvim, 02, Centro, na cidade de Santos Dumont-MG, CEP: 36.240-096 a seguir denominado Contratante, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Carlos Alberto de Azevedo, CPF nº _____, e a empresa _____ CNPJ nº _____, com sede na _____ nº _____, bairro _____, na cidade de _____, CEP _____, a seguir denominada Contratada, neste ato representado por _____, Carteira de Identidade nº _____, CPF nº _____, têm entre si justo e acertado, celebra o presente contrato de aquisição como especificado no seu objeto, decorrente do Processo Licitatório e Pregão Presencial em epígrafe, sob a regência da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações posteriores, bem como da Lei nº 10.520/2002, pelos Decretos Municipais, obedecendo-se aos critérios estabelecidos no processo em epígrafe, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FINALIDADE & AUTORIZAÇÃO PARA LAVRATURA (ART. 61 – LEI 8.666/93)

1.1 - A celebração deste contrato tem como finalidade atender as necessidades do órgão requisitante.

1.2 - O presente contrato foi celebrado por ato autorizativo do prefeito municipal em atenção às requisições da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO E SEUS ELEMENTOS (ART. 55, I – LEI 8.666/93).

2.1 - Constitui objeto do presente contrato a aquisição de EPI's, em atendimento Sec. Mun. de Obras e Serv. Públicos, em conformidade com as especificações e preços a seguir descritos:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL

Valor total: R\$ _____ (_____).

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DA VIGÊNCIA (ART. 55, V – LEI 8.666/93).

3.1 - As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta dos recursos orçamentários referentes as seguintes cotações orçamentárias:

02.25.01.04.122.0025.2035 Manutenção da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos

3.3.90.30.00 Material de Consumo

Ficha 157

Fonte 100

3.2 - O presente contrato terá duração de 12 (doze) meses a partir da assinatura do contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DA FORMA DE FORNECIMENTO (ART. 55, II e IV – LEI 8.666/93)

4.1 - A Contratada se responsabiliza pela entrega dos serviços objeto do presente, mediante ordem de serviços expedida por escrito pelo Setor competente da Prefeitura.

4.2 - Os produtos serão entregues obedecendo à configuração do objeto contratado na sede do Município no prazo de até 20 (vinte) dias após o recebimento da respectiva ordem de fornecimento.

4.3 - Os produtos serão entregues pela Contratada sem qualquer ônus adicional para o Contratante.

CLÁUSULA QUINTA – DOS PREÇOS E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO (ART. 55, III – LEI 8.666/93)

5.1 - O preço a ser pago pelo Contratante à Contratada é o especificado na Cláusula segunda do presente contrato, obedecidas às condições fixadas na proposta e no instrumento convocatório, ficando estipulado o valor total de R\$ _____ (_____) para o presente contrato.

5.2 - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, através de transferência bancária, mediante a comprovação da entrega e apresentação da nota fiscal ao setor competente devidamente acompanhada dos documentos fiscais atualizados, sendo que a não apresentação implicará na retenção do pagamento até que seja regularizada a situação da empresa perante os órgãos competentes, sem que incorra as consequências da mora para o Contratante.

CLÁUSULA SEXTA – DO EQUILIBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO E DO REAJUSTE (ART. 55, III – LEI 8.666/93)

6.1 - O valor pactuado poderá ser revisto mediante solicitação da Contratada com vistas à manutenção do equilíbrio econômico financeiro do contrato, na forma do artigo 65, inciso II, alínea "d" da Lei 8.666/93.

6.1.1 - As eventuais solicitações deverão fazer-se acompanhar de comprovação da superveniência do fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, bem como de demonstração analítica de seu impacto nos custos do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA (ART. 55, VII – LEI 8.666/93)

7.1 - São obrigações da Contratada, além de outras decorrentes da legislação aplicável:

- a) Cumprir fielmente as especificações constantes de sua proposta bem como de todas as condições previstas no edital e, ainda, de acordo com a ordem de fornecimento expedida;
- b) Emitir as certidões vigentes e os documentos fiscais correspondentes à negociação;
- c) Arcar com todas as despesas necessárias para entrega do objeto da contratação, incluídas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, salários e outras;
- d) Fornecer os produtos de acordo com as especificações e condições do edital e de acordo com a apresentação da proposta;
- e) Arcar com os prejuízos causados a terceiros e ao Contratante, diretamente ou por seus, no que se refira à execução do presente contrato ou à qualidade do produto.
- f) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação. (ART. 55, XIII – LEI 8.666/93)
- g) Fornecer os equipamentos mediante ordem de fornecimento expedida pelo setor competente do Contratante, dentro do prazo estabelecido;
- h) A Contratada não poderá ceder o contrato, em parte ou no todo, em hipótese alguma, sem expressa autorização do Contratante;
- i) Informar ao órgão requisitante do Contratante da ocorrência de quaisquer atos, fatos ou circunstâncias que possam atrasar ou impedir o fornecimento dentro do prazo estabelecido;
- j) Reparar as irregularidades constatadas incompatíveis com as especificações e condições impostas no edital do certame originário desta contratação.
- k) Prestar assistência técnica diretamente ao Município durante o prazo de garantia.
- l) Resguardar todos os direitos previstos no código do consumidor.
- m) Aceitar os pedidos de forma parcela desde que vigente o contrato.
- n) Todo o material empregado, equipamentos, ferramentas, maquinário e mão-de-obra utilizados na execução desse contrato, inclusive uniformes e equipamentos de proteção individual (EPI's) e coletiva adequados à execução dos serviços e em conformidade com as normas de segurança vigentes.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (ART. 55, VII – LEI 8.666/93)

8.1 - São obrigações do Contratante, além de outras decorrentes da legislação aplicável:

- a) Efetuar à Contratada, no valor contratado o pagamento referente à compra fornecida;
- b) Fiscalizar o fiel cumprimento do contrato, através do respectivo órgão requisitante;

- c) Fornecer todas as informações necessárias ao cumprimento do contrato.
- d) Verificar a qualidade dos produtos em conformidade com as especificações técnicas exigidas no Edital;
- e) Coordenar a distribuição atestando o Recebimento na Nota Fiscal/Fatura;
- f) Contatar ao fornecedor quando houver verificação de irregularidades posteriores à entrega, para promover a regularização;
- g) Suspender a tramitação da liquidação da Nota Fiscal/Fatura quando não houver atendimento às solicitações de correções de irregularidades.

CLÁUSULA NONA – DA RESOLUÇÃO E ALTERAÇÃO CONTRATUAL

9.1 - Obedecida a Lei, o presente contrato poderá ser resolvido:

- a) O descumprimento das cláusulas contratuais, especificações e prazos estabelecidos;
- b) O cumprimento irregular das cláusulas contratuais, especificações e prazos estabelecidos bem como o desatendimento das determinações da administração e ainda, o cometimento reiterado de faltas na execução deste contrato;
- c) A lentidão, o atraso ou paralisação que impeça, no prazo, o fornecimento dos produtos, sem justa causa e prévia comunicação por escrito ao Contratante, ou fornecimento de objeto diferente do proposto, ou com defeito;
- d) A decretação de falência, o pedido de concordata ou a instauração de insolvência civil dos sócios;
- e) A alteração da razão social com modificação da finalidade ou estrutura do atendimento pertinente da Contratada, que a juízo do Contratante prejudique o fornecimento dos produtos, bem como a dissolução da sociedade empresarial Contratada;
- f) Por razões justificadas que afetam o interesse público;
- g) Em caso do Contratante deixar de efetuar os pagamentos devidos à Contratada;
- h) Por qualquer uma das partes, desde que haja comunicação prévia, protocolada pela parte interessada, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.
- i) Quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal 8.666/93. Assegurando-se à Administração a rescisão unilateral do contrato naqueles casos e os direitos previstos no art. 80 da Lei 8666/93;
- j) Em outros casos e formas previstos na Lei 8.666/93 e legislação alteradora.

9.2 – O presente contrato poderá ser alterado unilateralmente pelo Contratante, quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto,

no limite máximo previsto neste contrato ou em outras circunstâncias previstas na Lei 8.666/93 e legislação alteradora.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES

10.1-Pela inexecução total ou parcial das condições estabelecidas neste instrumento, a Contratante, poderá, sem prejuízo do cancelamento e das responsabilidades penal e civil aplicar o disposto no art. 7º da Lei 10.520/02, além das demais cominações legais cabíveis;

10.2-Ficam estabelecidas as seguintes sanções:

10.2.1-Advertência;

10.2.2-Suspensão dos pagamentos, até a regularização dos fatos geradores das penalidades;

10.3-Multas nos seguintes percentuais:

10.3.1-0,33% por dia sobre o valor do empenho, até o 10º dia de atraso na entrega do produto, ou reposição do mesmo;

10.3.2-10% sobre o valor do empenho, no caso de atraso superior a 10 dias;

10.3.3-30% sobre o valor do empenho no caso da adjudicatária injustificadamente desistir do fornecimento ou causar a sua rescisão;

10.4-O valor das multas aplicadas deverá ser descontado dos pagamentos devidos, sendo automaticamente suspensos os por vir e, caso sejam estes insuficientes, a diferença deverá ser paga pela Empresa por meio de guia emitida pela Prefeitura, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis a contar da data da sua aplicação;

10.5-Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste contrato;

10.6-Além das penalidades citadas, a licitante vencedora ficará sujeita, no que couber às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei nº. 8.666/93;

10.7-Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração Municipal, em relação a um dos eventos arrolados na condição, a Contratada ficará isenta das penalidades mencionadas.

10.8-O prazo para apresentação da defesa prévia das penalidades aplicadas será de 03 (três) dias úteis, contados da data de recebimento da notificação;

10.9- A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui a possibilidade da aplicação de outras, previstas na Lei Federal nº 8.666/93, inclusive a responsabilização da licitante vencedora por eventuais perdas e danos causados à Administração.

10.10 - As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato do Prefeito Municipal de Santos Dumont MG, devidamente justificado.

10.11 - As sanções aqui previstas são independentes entre si podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1 - A Contratada é, integralmente, a única responsável, em qualquer caso, por danos e prejuízos que eventualmente, possa causar a terceiros, em decorrência da execução do objeto deste contrato, ficando, portanto, o Contratante isento de qualquer ônus, pelo ressarcimento e indenização devidos.

11.2 - A Contratada não poderá transferir, no todo ou em parte, sem prévia e expressa autorização da Administração Municipal a outrem, o fornecimento dos produtos objeto deste contrato.

11.3 - O presente instrumento contratual vincula-se aos termos do edital do Processo Licitatório e Pregão Presencial em epígrafe e seus anexos, bem como à proposta ofertada. (ART. 55, XI – LEI 8.666/93).

11.4 - Quaisquer controvérsias e omissões deste contrato serão regidas pela Lei Federal nº 10.520/02 e, subsidiariamente, pelas disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, bem como os Decretos Municipais e, supletivamente, aplicam-se os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, especialmente, as previsões do Código Civil Brasileiro. (ART. 55, XII – LEI 8.666/93).

11.5 - As partes elegem o Foro da Comarca de Santos Dumont MG para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente contrato, com renúncia a qualquer outro, por mais especial que seja. (ART. 55, §2º – LEI 8.666/93).

E por estarem justos e contratados, à vista das testemunhas, as partes assinam o presente instrumento, em três vias de igual teor e forma, para que produza todos os efeitos legais.

Santos Dumont, _____ de _____ de 2022.

Prefeito Municipal
Contratante

Contratada

Testemunhas:

Ass.: _____
Nome: _____
CPF: _____

Ass.: _____
Nome: _____
CPF: _____